

PEC 17/2024 atribui autonomia orçamentária para a Advocacia Pública

O movimento intitulado *Dia Nacional da Mobilização pela Autonomia da Advocacia Pública*, promovido, em Brasília, na última terça-feira (14/05), pela Anape, com o apoio das associações distrital e estaduais, e entidades parceiras, começou logo cedo, a partir das 10h, com solenidade no Conselho Federal da OAB.

Às 16 horas, ato solene foi realizado no Salão Nobre da Câmara dos Deputados, com a presença de cerca de 400 advogados públicos estaduais, distritais, federais e municipais, como símbolo de um movimento que deve ser contínuo, visando à tramitação e aprovação da proposta.

Desde o dia anterior, segunda-feira (13/05), já se comemorava o apoio de 178 deputados federais à PEC, de autoria do deputado federal Carlos Sampaio (PSD/SP), que confere autonomia orçamentária às Procuradorias dos Estados e do Distrito Federal e à Advocacia-Geral da União e seus órgãos vinculados.

Tramitação - Superado o número mínimo de 171 assinaturas para que a Proposta fosse numerada e entrasse em tramitação, agora a PEC 17/2024 deve seguir para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) e, depois, para uma Comissão Especial da Câmara dos Deputados, conforme explicou, no evento promovido na OAB, o deputado federal Antônio Brito (PSD/BA), líder do PSD.

“Vou atuar na Casa, com vocês, para aprovar essa PEC 17/2024, de autoria do deputado federal Carlos Sampaio (PSD/SP). O próximo passo é que eu, como líder do partido, vou pedir ao presidente da Casa (Arthur Lira), para encaminhá-la para a CCJ, e farei isso hoje, na reunião do Colégio de Líderes, às 12 horas”, informou Antônio Brito. Segundo ele, a PEC precisa ter uma tramitação com a celeridade “necessária e justa”, considerando a importância de equidade com as demais funções essenciais à Justiça: o Ministério Público e Defensoria Pública.



Na solenidade realizada na manhã do dia 14, no Conselho Federal da OAB, em Brasília, o deputado federal Antônio Brito (PSD/BA), líder do PSD, explicou para os advogados públicos como será o trâmite da PEC 17/2024 na Câmara dos Deputados. Na Mesa de Honra (da esquerda para a direita), a vice-presidente da ANPM, Anne Karole S.F. de Brito; a presidente da Anprev, Maria Santíssima Marques; o presidente da Anajur, Jarbas dos Reis; o presidente da Anape, Vicente Braga; a presidente do Sinprofaz, Iolanda Guindani; o presidente da Anauni, Clóvis dos Santos Andrade; e o presidente da Anafe, Sérgio Montardo.

Articulação - Ainda segundo o líder do PSD na Câmara, além da atuação no Colégio de Líderes, o movimento tem que continuar, com articulação dos advogados públicos junto aos parlamentares. E justifica: “Não tem como a Advocacia Pública, função essencial à Justiça, não ter a alteração, como nós tratamos (na PEC) nos artigos 132-A a 168 da Constituição da República, para que haja equidade com o nosso tripé das funções essenciais à Justiça”.

Em seu discurso, o presidente da Anape, Vicente Braga, articulador do movimento que culminou com a PEC 17/2024 e reuniu advogados públicos de todo o país, em Brasília, explicou os termos da proposta: “Quando a gente fala em autonomia orçamentária, não é uma autonomia que retira qualquer autonomia do chefe do Executivo. Ele ainda vai escolher o advogado-geral da União, ainda vai escolher o procurador-geral do Estado, do procurador-geral do

Município, ele ainda terá todas as prerrogativas que ele mantém. A única coisa que estamos pleiteando é que nós possamos montar os nossos orçamentos, avaliar o que é importante para as nossas casas”, sustentou, referindo-se a iniciativas como aquisição de tecnologias e estruturas físicas, abertura de concursos públicos, entre outras que possam contribuir com a melhora da qualidade dos serviços prestados.

“Nós queremos ter condições de ter um próprio orçamento, com repasses fixados de acordo com a aprovação da Assembleia Legislativa dos nossos Estados, por exemplo, para que a gente possa continuar fazendo o nosso trabalho - e ainda mais - entregando políticas públicas de melhor qualidade e mais célere para a população brasileira”.

Livro - Após a solenidade, foi promovido o lançamento do livro *Advocacia Pública e Autonomia*, de autoria de Vicente Braga.

Delegação mineira fortalece o movimento



Divulgação Apeminas

Registro do encontro de procuradores do Estado de Minas Gerais que participaram do ato, em Brasília

Trinta e seis procuradores do Estado de Minas Gerais participaram do ato em defesa da autonomia da Advocacia Pública, em Brasília.

Além do advogado-geral do Estado, Sérgio Pessoa de Paula Castro, e da presidente da Apeminas, Célia Cunha Mello, confirmaram presença quatro procuradores do Estado que atuam na Assessoria de Representação no Distrito Federal: Breno Rabelo Lopes; Gianmarco Loures Ferreira; Lucas Oliveira Andrade Coelho e Mariana Oliveira Gomes de Alcântara.

mont Ávila Garavini; Luciana Ananias de Assis Pires Pimenta; Luisa de Oliveira Gabrich; Maria José Guerra Ferreira; Mariana Santos de Brito Alves; Matheus Vinícius Aguiar Rodrigues; Mauricio Barbosa Gontijo; Nathália Daniel Domingues; Paulo Fernando Ferreira Infante Vieira; Rafael Assed de Castro; Rafael Rapold Mello; Renato de Almeida Martins; Tiago Santana Nascimento; Valéria Maria de Campos Fróis, além de Raquel Melo Urbano de Carvalho, que se juntou ao grupo.

Equidade - De acordo com a presidente da Apeminas, Célia Cunha Mello, o movimento demonstrou a força da Advocacia Pública ao Congresso Nacional. “Este dia ficará para a história da Advocacia Pública como o início de uma trajetória que, esperamos, vai culminar na aprovação da PEC 17/2024. Um caminho que vamos percorrer com força e união. Temos a expectativa de que, em breve, a Advocacia Pública alcance a justa equidade com as outras funções essenciais à Justiça. E que tenhamos oportunidade de usar o orçamento de acordo com as nossas demandas, as nossas necessidades, sejam elas de qualificação e atualização profissional; realização de concursos, acesso a tecnologias”.

“Agradeço a todos os procuradores de Minas Gerais que se mobilizaram para indicar e intermediar contato com os parlamentares, participando presencialmente do ato, enfim, fortalecendo essa causa que interessa a todos nós, advogados públicos e cidadãos brasileiros. Agradeço, também, e, especialmente, aos parlamentares que nos receberam, em seus gabinetes, e aos nove deputados federais por Minas Gerais que assinaram a PEC 17/2024 e viabilizaram a sua tramitação: Célia Xakriabá (PSOL); Dandara (PT); Eros Biondini (PL); Lafayette de Andrada (Republicanos); Misael Varella (PSD –MG); Nely Aquino (PODE); Pedro Aihara (PRD); Rodrigo de Castro (UNIÃO) e Weliton Prado (Solidariedade)”.



Fotos: Divulgação Apeminas

O advogado-geral do Estado, Sérgio Pessoa de Paula Castro, integrou o movimento em defesa da autonomia para a Advocacia Pública. Na primeira foto, está acompanhado de Gianmarco Loures Ferreira. Na segunda, com Lucas Oliveira Andrade Coelho e Mariana Oliveira Gomes de Alcântara

Outros 30 atenderam ao chamado da Apeminas e também confirmaram participação: Aline Almeida Cavalcante de Oliveira; Aline Cristina de Oliveira Amaranti; Aline Di Neves; Ana Luiza Goulart Peres; Ana Sílvia Lima Azevedo; Carlos Eduardo Wanderley Curio; Carlos Torres Murta; Douglas Gusmão; Evandro Coelho Taglialegra; Fabrícia Barbosa Duarte Guedes; Fernanda de Aguiar Pereira; Flávia Mensitieri Miranda; Gustavo de Queiroz Guimarães; João Paulo Pinheiro Costa; Levy Leite Romero; Lucas Du-

■ DELEGAÇÃO MINEIRA FORTALECE O MOVIMENTO



Seis procuradores do Estado de Minas Gerais que participaram do ato, em Brasília, foram recebidos pelo deputado federal Patrus Ananias (PT/MG): o advogado regional em Montes Claros, João Paulo Pinheiro Costa; Luciana Ananias de Assis Pires Pimenta; a presidente da Apeminas, Célia Cunha Mello; Evandro Coelho Taglialegna; Carlos Torres Murta e Fabrícia Barbosa Duarte



Fotos: Divulgação Apeminas

O deputado federal Odair Cunha (PT/MG), líder do Bloco Federação Brasil da Esperança (PT, PCDoB e PV), ao centro, recepcionou os procuradores do Estado de Minas Gerais: Fabrícia Barbosa Duarte Guedes; a presidente da Apeminas, Célia Cunha Mello; Luciana Ananias de Assis Pires Pimenta; e Carlos Torres Murta



Doze procuradores do Estado de Minas e três advogados da União foram recebidos pelo deputado federal Rogério Correia (PT/MG): Rafael Rapold Mello; Fabrícia Barbosa Duarte Guedes; Max Casado de Melo (AGU); Carlos Torres Murta; Evandro Coelho Taglialegna; Adriano Campos Cruz (AGU); Tobias Morato Teixeira (AGU); Luciana Ananias de Assis Pires Pimenta; a presidente da Apeminas, Célia Cunha Mello; Ana Luiza Goulart Peres; Fernanda de Aguiar Pereira; Nathália Daniel Domingues; Douglas Gusmão; Maria José Guerra Ferreira; Lucas Dumont Ávila Garavini.



O deputado federal Paulo Guedes (PT/MG) recebeu delegação formada por advogados federais e procuradores do Estado de Minas Gerais: Luciana Ananias de Assis Pires Pimenta; Fernanda de Aguiar Pereira; Nathália Daniel Domingues; Ana Luiza Goulart Peres e Aline Cristina de Oliveira Amaranti



No dia 15, o deputado Reginaldo Lopes (PT/MG) recebeu a presidente da Apeminas, Célia Cunha Mello, e a procuradora do Estado Maria José Guerra Ferreira



A procuradora do Estado Maria José Guerra Ferreira e a presidente da Apeminas, Célia Cunha Mello, são recepcionadas pela deputada Greyce Elias (Avante/MG), que acolheu bem a PEC e encaminhando a comitiva para a liderança do partido



O deputado Nikolas Ferreira (PL/MG) manifestou apoio à proposta de autonomia para a Advocacia Pública



Em defesa da PEC 17/2024: Carlos Torres Murta, Aline Di Neves, deputado Rodrigo Valadares (União/SE), Maurício Barbosa Gontijo, Maria de Santos de Brito Alves e Valéria Maria de Campos Fróis



O deputado Baleia Rossi (MDB/SP), presidente nacional do MDB, recebeu integrantes da Apesp e da delegação mineira: Aline Almeida, Levy Romero, Gustavo Guimarães e Rafael Assed

■ AUTONOMIA DA ADVOCACIA PÚBLICA

Procuradores dos Estados e DF trabalham pela tramitação da PEC

Assim como a delegação mineira, ao longo do dia 14, as outras comitivas formadas pela Anape e demais associações estaduais e distrital dividiram-se em grupos e cumpriram agendas com os deputados federais, em defesa da autonomia orçamentária proposta na PEC 17/2024.

O evento foi promovido pela Anape, com adesão das demais entidades representativas da Advocacia Pública: Anafe (Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais); Sinprofaz (Sindicato Nacional dos

Procuradores da Fazenda Nacional); ANPM (Associação Nacional dos Procuradores Municipais); Anajur (Associação Nacional dos Membros das Carreiras da Advocacia Geral da União); Anprev (Associação Nacional dos Procuradores e Advogados Públicos Federais); Anauni (Associação Nacional dos Advogados da União) e Comissão Nacional da Advocacia Pública Federal da OAB.

No dia 15, o site Metrópolis divulgou matéria sobre o movimento. Para ter acesso, clique [aqui](#).



O deputado federal Alex Manente (Cidadania/SP) - ao centro - recepcionou, junto com o deputado Arnaldo Jardim (Cidadania/SP), procuradores dos Estados e do DF



Após ato solene na Câmara dos Deputados, os procuradores estaduais, distritais, municipais e federais reuniram-se ao lado do Salão Nobre para registrar o momento e celebrar o início da tramitação da PEC 17/2024.

Newsletter APE NEWS

Facebook > facebook.com/apeminas
Instagram > instagram.com/apeminas

Twitter > twitter.com/apeminas
LinkedIn > linkedin.com/company/apeminas

Rua Espírito Santo 466, sala 1506 - Centro - CEP: 30160-916 - Belo Horizonte / MG
Tel: (31) 3261-3532 - acs.apeminas@gmail.com - www.apeminas.org.br

> Produção Editorial: Mombak Comunicação Estratégica
> Jornalista responsável: Marli Assis - MTB 5.571-JP
> Redação: Andrea Rocha
> Projeto Gráfico: Alice Crepaldi - Diagramação: Danielle Marcussi

Divulgação Anape

Deadline Comunicação/Anape